

PARECER TÉCNICO N.º 141/2024

Número do Processo	Fase do processo
27234/2024	Declaração de Atividade não Constante

Legislação e referências consultadas

- Lei Complementar Federal n.º 140/2011 – Da competência do Licenciamento Ambiental.
- Lei Complementar Municipal n.º 131/2022 – Zoneamento Ecológico-Econômico Municipal.
- Lei Complementar Municipal n.º 048/2016 – Plano Diretor Municipal.
- Lei Complementar Municipal n.º 050/2016 e suas alterações – Código de Posturas.
- Lei Complementar Municipal n.º 049/2016 e suas alterações – Código de Obras
- Lei Municipal n.º 676/2016 e suas alterações – Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano do município.
- Resolução CONAMA n.º 001/1990 – Emissão de Ruído.
- Resolução CONSEMA n.º 099/2017 e suas alterações – Aprova a listagem das atividades sujeitas ao licenciamento ambiental.
- ABNT NBR 10151:2019 e suas alterações – Acústica – Medição e avaliação de níveis de pressão sonora em áreas habitadas.
- Portaria n.º 229/2019/IMA -SC - Tornar pública, conforme o Anexo I desta portaria, a listagem de CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) das Atividades não sujeitas ao Licenciamento Ambiental no Estado de Santa Catarina.
- Portaria n.º 106/2020/IMA-SC - Tornar pública, conforme o Anexo I desta portaria, a listagem de CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) das Atividades sujeitas ao Licenciamento Ambiental no Estado de Santa Catarina, que deixam de fazer parte do Anexo I da Portaria IMA N.º 229, de 04 de novembro de 2019.

Objetivo do parecer

Análise do requerimento de Declaração de Atividade não Constante referente à implantação de pavimentação, sinalização e microdrenagem em trecho da Rua(823) Odonis Bigli, Bairro Itapema do Norte, em Itapoá – SC.

Dados do empreendedor/correspondência

Nome: Prefeitura Municipal de Itapoá – Secretaria de Planejamento Urbano (SEPLAN)		
CPF/CNPJ: 81.140.303/0001-01		
Endereço: Travessa Dailton José Grassi, n.º 52 – Itapema do Norte		
CEP: 89360-612	Município: Itapoá	Estado: SC

Representante Legal ou Procurador

Nome: Luis Irineu Denes	CPF: 842375209-78	CREA/SC: 059813-1
--------------------------------	--------------------------	--------------------------

Dados do empreendimento/atividade

Nome: Implantação de pavimentação, microdrenagem e sinalização de trecho da Rua(823) Odonis Bigli		
Endereço: Trecho da Rua(823) Odonis Bigli, compreendido entre a Avenida(782) José da Silva Pacheco e Rua(760) Francisco Quintino Correia		Bairro: Itapema do Norte
CEP: 89360-854	Município: Itapoá	Estado: SC
Coordenadas Planas UTM – PONTO 1 (X): 738510 m E (Y): 7114184 m S PONTO 2 (X): 738562 m E (Y): 7114379 m S		

Código e Atividade

Atividade não constante: implantação de pavimentação, microdrenagem e sinalização de via urbana consolidada.

Processos vinculados

Não há

Licenças vinculadas

Não há

Histórico de Licenças

Não há.

Unidade de Conservação

Não está inserido em unidade de conservação.

Zona / Área

Zona Urbana V

Responsável Técnico

Luis Irineu Denes – Engenheiro Civil – CREA/SC 059813-1 - Responsável pelo preenchimento da declaração de responsabilidade.

Tabata Yumi Fujioka – Arquiteta e Urbanista – CAU/BR A409553 – RRT 14483448: Projetos urbanístico, sistema viário e acessibilidade e respectivo memorial descritivo.

Caracterização do empreendimento

Trata-se de urbanização de trecho da Rua(823) Odonis Bighi, com extensão de 205 m lineares e área de 1.286,83 m²

Análise Técnica

A atividade objeto do presente parecer refere-se à realização de obras de pavimentação, sinalização e microdrenagem em trecho da Rua(823) Odonis Bighi, compreendido entre a Avenida(782) José da Silva Pacheco e Rua(760) Francisco Quintino Correia, com extensão de 205 m lineares, no Bairro Itapema do Norte, Bacia Hidrográfica Independente do Atlântico.

Não há cursos d'água incidentes na área de intervenção.

Conforme documentos apresentados, não haverá supressão de vegetação para intervenção.

Conforme Declaração de Responsabilidade, o empreendedor declara que fará os controles ambientais necessários para evitar e controlar a contaminação por fontes difusas, a variação dos níveis de ruídos, o aumento do tráfego de veículos, a geração de resíduos, a alteração da qualidade da água e do solo e que não realizará supressão de vegetação sem a devida autorização.

A atividade “de pavimentação, urbanização e implementação de drenagem de via urbana consolidada” não consta na listagem de atividades sujeitas ao licenciamento ambiental aprovada pelas Resoluções CONSEMA n.º 098/17 e 099/17 e suas alterações, portanto, não está sujeita ao licenciamento ambiental ou cadastramento na forma da Resolução CONSEMA n.º 098/2017, cabendo somente a emissão da Declaração de Atividade não Constante.

Controles ambientais

Alteração dos Níveis de Ruídos: ruídos gerados pela atividade. Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes das atividades desenvolvidas na instalação deverão estar em

conformidade com os parâmetros preconizados na Resolução CONAMA n.º 001/1990, a qual considera prejudiciais à saúde e ao sossego público os ruídos com níveis superiores aos limites estabelecidos pela Norma NBR 10151:2019 e suas alterações. As vibrações e poeiras geradas na instalação deverão ser controladas de modo a evitar incômodos ao bem-estar público. Realização de manutenção preventiva e periódica de equipamentos e maquinários. Respeito aos limites de velocidade.

Tráfego de Veículos: movimentação de veículos e pessoas na região durante a realização da obra. Medidas de Controle: implantação de sinalização adequada para os transeuntes e motoristas. Respeito aos limites de velocidade.

Geração de Resíduos Sólidos: a disposição inadequada de resíduos sólidos pode contaminar o solo e a água. Medidas de Controle: segregar por classes, coletar, acondicionar, armazenar, transportar adequadamente e viabilizar destinação/disposição final de acordo com as normas vigentes, (atendimento à ABNT NBR 10004:2004, à Lei Estadual n.º 14.675/2009 e suas alterações, à Resolução CONAMA n.º 307/2002, à Resolução CONSEMA n.º 114/2017 e à Portaria n.º 21/2019/IMA-SC). Resíduos perigosos eventualmente gerados deverão ser dispostos adequadamente em área coberta, sobre piso impermeável, para posteriormente serem destinados para empresa devidamente licenciada.

Comprometimento da Qualidade da Água, do Solo e do ar: a utilização de maquinários pode acarretar emissão de fluidos, carreamento de sedimentos e emissões de poluentes atmosféricos acima dos níveis permitidos. Medidas de Controle: fica vedado qualquer tipo de lavagem de peças e equipamentos em corpos d'água e em áreas adjacentes. No caso de eventuais vazamentos durante a execução das obras, interromper as atividades, isolar a área, promover o recolhimento dos resíduos gerados e dar a destinação final correta. Em caso de observância de carreamento de solo para as vias públicas, o empreendedor deverá promover a limpeza. Inspeção dos veículos e equipamentos averiguando a necessidade de manutenção. Atendimento às Resoluções CONAMA n.º 418/2009 e 491/2018.

Supressão de Vegetação: Fica vedada qualquer supressão de vegetação sem autorização específica.

Condições de validade

1. Não poderão ser exercidas atividades que sejam passíveis de licenciamento, conforme disposto nas Resoluções CONSEMA n.º 98/2017 e n.º 99/2017 e suas alterações, até que seja expedida Licença Ambiental específica para respectiva atividade.
- 2. Fica terminantemente proibida** a supressão de vegetação sem autorização específica.
3. Os níveis de pressão sonora (ruídos) decorrentes das atividades de instalação deverão estar em conformidade com os parâmetros preconizados na Resolução CONAMA n.º 001/1990, a qual considera prejudiciais à saúde e ao sossego público os ruídos com níveis superiores aos limites estabelecidos pela Norma NBR 10151:2019 e suas alterações.
4. As vibrações e poeiras geradas pela atividade deverão ser controladas de modo a evitar incômodos ao bem-estar público.
- 5. Os resíduos sólidos decorrentes da atividade deverão ser corretamente**

segregados, armazenados e destinados por empresas devidamente licenciadas pelos órgãos competentes, devendo ser entregues nesta secretaria os respectivos MTR e CDF gerados dentro do Sistema MTR do IMA-SC¹.

6. A emissão atmosférica de poluentes e particulados deverá atender aos parâmetros estabelecidos para o controle da qualidade do ar, estabelecidos pela Lei Federal n.º 8723/1993 e suas alterações, Resoluções CONAMA n.º 418/2009, 491/2018 e suas alterações e Portaria IBAMA n.º 85/1996.

7. Em caso de observância de carreamento de solo para as vias públicas e/ou dispositivos públicos de drenagem, o empreendedor deverá providenciar a limpeza dos mesmos.

8. Fica proibida a queima de resíduos sólidos ao ar livre, conforme legislação vigente, bem como o depósito de materiais e entulhos em locais inapropriados;

9. O empreendedor deverá respeitar, preservar e contribuir para a manutenção do equilíbrio ambiental de todos os componentes do ecossistema aonde a atividade será realizada;

10. Fica vedada a execução das obras aos domingos e feriados.

11. A concessão da dispensa de licença ambiental não impedirá exigências futuras decorrentes do avanço tecnológico, modificações nas condições ambientais, nas atividades exercidas, ou alterações na legislação vigente.

Documentos que fundamentam o parecer

Requerimento de DAnC, FCEI, Declaração de Responsabilidade preenchidas e assinadas pelo Engenheiro Civil da Secretaria de Planejamento Urbano Luis Irineu Denes, RRT referente aos projetos urbanísticos e memorial descritivo

Conclusão

Ante ao exposto, este parecer é favorável à concessão de uma Declaração de Atividade não Constante, com validade de um ano, para pavimentação, sinalização e drenagem de trecho da Rua(823) Odonis Bigli, conforme requerido.

Local e data

Itapoá, 16 de Julho de 2024.

Equipe técnica

LEONARDO PIZZAIA PRETTI

Engenheiro Ambiental
CREA SC 191394-1
Matrícula n.º 12024856

O(A) requerente fica ciente de que:

- ESTE PARECER NÃO AUTORIZA SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO;
- Este parecer foi elaborado com base na legislação ambiental vigente, considerando as atribuições e níveis de competência dos diferentes entes federados que compõem o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

1 Disponível em: < <http://mtr.ima.sc.gov.br/> >

- Este parecer não substitui alvarás, certidões ou licenças de qualquer natureza exigidas pela legislação Federal, Estadual ou Municipal, no que diz respeito ao uso e ocupação do solo;
- Deverão ser respeitadas todas as legislações ambientais vigentes, mesmo que não citadas no presente parecer;
- Este parecer tem validade de um ano a partir de sua emissão, desde que as características do empreendimento não se alterem ou entrem em vigor outras legislações ambientais.